

INSTITUTO GERMINARE

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

INSTITUTO GERMINARE

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Deliberativo e Administradores do
Instituto Germinare
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto Germinare** (“**Instituto**”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Germinare** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2021.

Instituto Germinare
Demonstrações contábeis acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes

31 de dezembro de 2020

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Página 1

1)

	<u>Nota</u>	<u>31.12.20</u>	<u>31.12.19</u>		<u>Nota</u>	<u>31.12.20</u>	<u>31.12.19</u>
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	18	439	Fornecedores	9	1.943	663
Estoque		6	10	Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	10	2.782	1.212
Adiantamento à Fornecedores		406	222				
Outros ativos circulantes		789	899				
Despesas Antecipadas	6	-	1.846				
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>1.219</u>	<u>3.416</u>	TOTAL DO CIRCULANTE		<u>4.725</u>	<u>1.875</u>
Depósitos, cauções e outros		54	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		
Imobilizado	7	18.550	14.717	Patrimônio social		8.425	8.425
Intangível	8	9	10	Superavit / Déficit do exercício		(1.161)	978
				Fundo de reserva estatutária		7.842	6.864
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>18.613</u>	<u>14.727</u>	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>15.106</u>	<u>16.267</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>19.831</u>	<u>18.143</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>19.831</u>	<u>18.143</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>31.12.20</u>	<u>31.12.19</u>
Superávit (Déficit) do exercício	(1.161)	978
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u>(1.161)</u>	<u>978</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração do superávit para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)**

	<u>Nota</u>	<u>31.12.20</u>	<u>31.12.19</u>
RECEITA OPERACIONAIS		<u>23.697</u>	<u>18.685</u>
Sem Restrição			
Receitas com doações	13	23.504	18.551
Receita com trabalho voluntário	13	120	120
Receitas financeiras	16	<u>73</u>	<u>14</u>
CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS			
Com Programas (Atividades)			
Educação	14	(13.465)	(10.375)
RESULTADO BRUTO		10.232	8.309
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas	15	(11.388)	(7.324)
Pessoal		(3.038)	(1.059)
Outras (despesas) receitas		(7.043)	(4.835)
Despesa com trabalho voluntário		(120)	(120)
Depreciação		(1.188)	(1.309)
Despesas financeiras	16	(5)	(7)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		<u>(1.161)</u>	<u>978</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)**

	Patrimônio Social	Fundo de reserva estatutária	Superávit (Déficit) acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	8.425	6.864	-	15.289
Superávit do exercício	-	-	978	978
Incorporação do superávit do exercício	-	978	(978)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	8.425	7.842	-	16.267
Déficit do exercício	-	-	(1.161)	(1.161)
Incorporação do déficit do exercício	-	(1.161)	1.161	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	8.425	6.681	-	15.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do exercício	(1.161)	978
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
. Provisão para riscos processuais	-	(108)
. Baixa de ativo imobilizado e intangível	-	650
. Estoques	3	(140)
. Depreciação e amortização	1.188	1.308
	<u>31</u>	<u>2.689</u>
Redução (aumento) em ativos		
Outros ativos circulantes e não circulantes	(73)	(876)
Depósitos, cauções e outros	(54)	90
Despesas antecipadas	1.846	853
Aumento (redução) em passivos		
Fornecedores	1.280	374
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	1.570	177
Outros passivos circulantes e não circulantes	-	(29)
	<u>4.599</u>	<u>3.278</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(5.020)	(3.104)
	<u>(5.020)</u>	<u>(3.104)</u>
Variação líquida no exercício	<u>(420)</u>	<u>175</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	439	263
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>18</u>	<u>439</u>
	18	439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O Instituto Germinare ("Instituto") é uma associação civil sem fins econômicos (lucrativos), de caráter social, educacional, cultural e de promoção social, regida pelo Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com sede e foro em São Paulo, Brasil.

Foi constituído e fundado em janeiro de 2009, com a missão de formar jovens administradores de empresas, por meio de uma educação única, gratuita e em período integral, que ofereça conhecimento em gestão de negócios através de aulas teóricas com professores altamente qualificados e vivências com profissionais que atuam no mundo corporativo, oportunidade de experiências práticas através de estágios remunerados no Ensino Médio e o desenvolvimento de competências de liderança, visão sistêmica, foco no resultado, capacidade de inovação e conduta ética. Além do ensino sem custo, os alunos recebem alimentação, uniforme e material didático.

Através de sua Escola de Negócios, que é aprovada pelo Ministério da Educação (MEC), o Instituto Germinare oferece um ensino diferenciado para os alunos todos os anos, que ingressam no 6º ano do Ensino Fundamental e estudam até a 3ª série do Ensino Médio, que é integrado com o Técnico em Administração de Empresas. Em seu primeiro ano letivo, que foi em 2010, a Escola iniciou as suas atividades contando com 180 alunos, atingindo em 2020 um total de 593 alunos. Já concluiu 6 turmas no Ensino Médio (2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020), formando 305 jovens talentos, sendo que a grande maioria já ingressou no mercado de trabalho com carteira assinada e em faculdades renomadas.

Os estudantes ingressam no Instituto Germinare entre 10 e 11 anos, no 6º ano do Ensino Fundamental, através da participação em um Processo de Admissão, que visa identificar jovens potenciais que sonhem em ser administradores de empresas e que tenham aderência ao perfil e aos valores de Entidade sem fins lucrativos. O Processo de Admissão acontece anualmente e são elegíveis os candidatos que estejam cursando e devidamente matriculados no 5º ano do Ensino Fundamental. O reconhecimento da sociedade em relação ao projeto pode ser confirmado através da alta demanda de inscrições, que somam mais de 17 mil candidatos, considerando o período de 2009 a 2020.

O Instituto Germinare já investiu mais de R\$120 milhões, desde a sua fundação, e promove desta forma, em caráter filantrópico e beneficente, atividades no setor educacional para jovens talentos, que de outra forma não teriam a oportunidade de desenvolverem seus potenciais, pois o propósito de capacitação desta Escola de Negócios é único no sentido de não subestimá-los, considerando que os alunos têm acesso a um conhecimento e experiência diferenciados e são apresentados desde cedo para o mercado de trabalho, permitindo assim que a sua formação seja competitiva em relação aos demais jovens. O Instituto tem como foco o investimento em educação, isto porque os seus fundadores acreditam que este é o principal pilar de transformação de qualquer sociedade.

O Patrimônio Social, representado por recursos financeiros e bens imobilizados, foi majoritariamente doado pela sua mantenedora JBS S.A., dentre outras empresas privadas e pessoas físicas.

Todos os recursos recebidos foram aplicados nas finalidades operacionais do Instituto Germinare, em conformidade com o Estatuto Social, através de capitalizações em investimentos patrimoniais e pagamentos de despesas, conforme verifica-se na demonstração do resultado.

O Instituto é isento do recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição social, com base na isenção tributária prevista na Lei nº 9.532/97.

Em 01 de junho de 2018 a Entidade obteve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), com validade até 31/05/2021, conforme publicado no Diário Oficial da União no dia 01/06/2018. Mediante processo nº 2300000767658201371, portanto usufrui das isenções das Contribuições Sociais (INSS e PIS sobre folha).

Em setembro de 2015, o Instituto foi declarado como Órgão de Utilidade Pública Federal (UPF) pelo Ministério da Justiça, possibilitando portanto aos doadores a dedução até o limite de 2% do lucro operacional da pessoa jurídica doadora antes de computada a própria dedução, observadas as demais regras aplicáveis a doação desta natureza.

Em 31 de dezembro de 2020 o Instituto registrou o montante de R\$ 120, referente à trabalhos voluntários dos membros integrantes de órgãos da administração (R\$ 120 em 31 de dezembro de 2019).

1.1 Impactos Covid-19

Em virtude da pandemia do Covid-19, em 17/03/2020 foram adotados procedimentos de aulas 100% on-line, em atendimento as recomendações dos órgãos competentes. O Instituto Germinare ofereceu todo suporte e condições a seus colaboradores para o cumprimento de suas atividades de forma home office, com isso não houve prejuízos aos processos e ao ano-calendário letivo da Escola Germinare.

Na coletiva de imprensa realizada em 03/03/2021, o Governador do Estado de São Paulo confirmou a regressão para a fase vermelha do Plano São Paulo a partir do dia 06/03/2021, devido ao aumento alarmante de casos, internações e mortes causadas pelo coronavírus. O Governador também confirmou a continuidade das atividades presenciais nas escolas. Conforme o Plano São Paulo, as escolas podem receber diariamente até 35% dos alunos matriculados, durante a fase vermelha.

Essa decisão tem o objetivo de atender aos estudantes em situação de vulnerabilidade, sendo mais orientada à garantia de direitos dos alunos das escolas da rede pública. O Governo de SP definiu como critérios para formar o grupo de mais vulneráveis os alunos que têm necessidade de se alimentar na escola, os que possuem dificuldades de acesso à tecnologia ou não têm os equipamentos necessários para estudar remotamente, os estudantes com a saúde mental em risco e aqueles com severa defasagem de aprendizagem ou que fazem parte da educação especial, alunos cujos responsáveis trabalhem em serviços essenciais, como a área da Saúde. Fonte: (<https://www.saopaulo.sp.gov.br/noticias-coronavirus/escolas-seguem-abertas-para-estudantes-mesmo-na-fase-vermelha-do-plano-sp/>).

As escolas particulares têm autonomia para fazer o próprio planejamento, respeitando os limites legais e os protocolos do Plano SP. Considerando que a nossa escola garante uma educação remota de qualidade e fornece os equipamentos tecnológicos aos alunos, seguiremos o pedido do Secretário da Educação, Rossieli Soares, de que quem puder, permaneça a distância. Portanto, após duas semanas de aulas presenciais, no dia 08/03/2021 a Escola Germinare retornou às aulas 100% on-line.

No atual momento, em que faltam leitos para os acometidos pela doença, nossa decisão priorizou a preservação da vida e da saúde dos nossos alunos, colaboradores, e dos seus familiares, assegurando a qualidade do nosso ensino. Enquanto instituição educativa, reforçamos o nosso respeito às autoridades e à saúde pública, e cumprir o isolamento social nesse momento crítico é nossa responsabilidade social.

Como determinado, a etapa mais rigorosa de restrição fica em vigor até o dia 31/03/2021, de maneira que acompanharemos diariamente a situação do nosso país e aguardaremos novas definições pelos órgãos sanitários responsáveis para tratativas de forma tempestiva.

Adicionalmente, nesse contexto houve a necessidade de acelerarmos o projeto das salas digitais para adequação das aulas neste novo cenário. Face ao exposto o Instituto realizou investimentos significativos para a criação das salas digitais, podendo, ser corroborado tal aumento na rubrica do Imobilizado, vide Nota explicativa 7 – Imobilizado.

1.2 Acordo de Leniência da J&F Investimentos S.A.

Como divulgado em 2017, determinados executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A. ("J&F") assumiram algumas obrigações no Acordo de Colaboração Premiada com a Procuradoria Geral da República ("PGR"). Ainda em 2017, a J&F celebrou Acordo de Leniência ("Acordo") com o ministério Público Federal ("MPF") o qual foi homologado. No mesmo exercício, a Companhia e suas controladas brasileiras celebraram um termo de adesão ao referido Acordo.

a. Investigações internas independentes:

A condução de uma investigação interna acerca dos fatos relacionados à Companhia relatados nos acordos de colaboração premiada é uma das obrigações impostas no Acordo. Nesse sentido, a J&F contratou, em favor da Companhia e suas subsidiárias um escritório de advocacia independente e especialistas em perícia forense, para a realização de uma investigação interna independente cujos trabalhos iniciaram-se no terceiro trimestre de 2017. Em 30 de setembro de 2020, três anos após o início dos trabalhos, revisão de diversos documentos, atendimento das solicitações dos especialistas forense e nos documentos e evidências entregues junto ao MPF, a J&F entende que todos os eventos relatados foram mensurados e devidamente reconhecidos e divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 e que, por tanto, com base nos atuais resultados apresentados pelo escritório de advocacia independente e também com base nos procedimentos adotados pela Administração até o presente momento, não tem conhecimento de novos eventos que já não tenham sido reconhecidos, ou divulgados, que tenham impacto sobre as atuais demonstrações contábeis da J&F que possam afetar o Instituto de alguma maneira.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica "Entidades sem Finalidade de Lucros - ITG 2002 (R1)", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

As demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir com suas obrigações de pagamentos, considerando a manutenção de suas doações.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em reais, foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

e. Avaliação do valor recuperável dos ativos

O Instituto Germinare efetua, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado, quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para a recuperação desse valor (impairment), e revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3 Principais políticas contábeis

Os critérios adotados para a elaboração das demonstrações contábeis consistem basicamente no seguinte:

a) Apuração do superávit ou déficit e reconhecimento das receitas e despesas

As receitas de doações, pela sua natureza e periodicidade variáveis, são identificadas e contabilizadas por ocasião do seu efetivo recebimento pelo Instituto, em função da impossibilidade de precisão dos valores e datas de recebimento.

As despesas são apuradas em conformidade com o princípio contábil do regime de competência.

b) Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação.

ii. Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao Valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

No reconhecimento inicial, a empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota para derivativos designados como instrumentos de <i>hedge</i> .
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho; ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.
--	--

Contabilidade de Hedge

O Instituto não tem por política contratar instrumentos financeiros com esta característica.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

O CPC 48, o modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. Para as aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, o Instituto não obteve efeitos relevantes nas perdas de crédito, dado que as aplicações são realizadas em bancos de primeira linha.

Ativos financeiros não derivativos reconhecimento e desreconhecimento

O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é data na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Instituto nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2020, incluindo operações de hedge.

Arrendamento Mercantil

O Instituto avaliou os contratos de alugueis "Programa Jovens Talentos", no qual refe-se a aluguel de apartamentos para ex-alunos, que por sua vez não se enquadram na regra do CPC 06.

c) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Instituto. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas estão apresentadas na nota explicativa 8.

d) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem aos softwares e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

e) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo.

f) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

g) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

h) Provisões e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i) Receitas e despesas financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as despesas bancárias e são registradas pelo regime de competência

j) Demonstrações dos fluxos de caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método indireto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no CPC 3 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

k) Destinação do resultado

Fundo de reserva estatutária (artigo 24 do Estatuto Social) - Do superávit apurado, 5% deverá ser destinado à constituição do Fundo de Reserva estatutária, e o restante (95%) deverá ser destinado à reaplicação nas atividades do Instituto, nos exercícios seguintes. Conforme item 15 da norma ITG 2002 (R1) O valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit, ou

l) Reconhecimento da receita e apuração do resultado

As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência.

Receita

1) Receita de doações

As doações e contribuições, por sua natureza espontânea, são reconhecidas quando do efetivo recebimento dos recursos.

2) Voluntariado

O Instituto obedece rigorosamente à legislação fiscal vigente, que determina que as entidades sem finalidade de lucros estão impedidas de remunerar seus administradores. Entretanto, conforme requerido pela ITG 2002 (R1), o valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos Conselhos de Administração, Consultivo, Fiscal e Regional e Comitês, e por outros voluntários foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos Conselheiros e integrantes dos Comitês, e por outros voluntários, respectivamente (despesa e receita no mesmo montante). Na mensuração desses serviços, foi utilizado o valor justo percebido.

4 Adoção das normas de contabilidade novas e revisadas

4.1 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

a. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em 2020. Demonstrações Contábeis quando da sua adoção.

As normas alteradas e interpretações citadas a seguir, não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Instituto.

Reforma do índice de referência da taxa de juros	Alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 6
Contratos Onerosos - Custo de cumprimento de um contrato	Alterações ao CPC 25
Melhorias anuais nos padrões	CPC's 2018 - 2020
Imobilizado: receita antes da utilização pretendida	Alterações ao CPC 27
Referência à estrutura conceitual	Alterações ao CPC 15
Classificação de passivos circulantes ou não circulantes	Alterações ao CPC 26

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pelo Instituto.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.20	31.12.19
Banco conta movimento	18	439
	18	439

(0)

As aplicações financeiras no curso de 2020 são de liquidez imediata e realizadas com banco de primeira linha, cuja a rentabilidade está atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O rendimento médio aproximado em 2020 foi de 97% do CDI.

6 Despesas antecipadas

	31.12.20	31.12.19
Propaganda e publicidade a apropriar	-	1.846
	-	1.846

Em 2020 utilizamos um valor total de R\$ 501 (40% Sony e 60% Nick). O saldo residual de R\$ 1.313 foi realizado uma operação de recompra de crédito pela empresa J&F Participações S.A.

7 Ativo imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment)

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado por perda de valor recuperável, quando o valor contábil é superior ao valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto da estimativa entre o preço de venda líquido dos ativos e o seu valor em uso.

O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação da unidade visando a manutenção, maior produtividade e obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens.

	Taxas médias anuais de	31.12.20			31.12.19
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e Utensílios	7%	2.414	(1.053)	1.361	1.543
Equipamentos de comunicação	10%	57	(32)	25	34
Instalações	5%	1.088	(222)	866	918
Maquinas e Equipamentos	17%	1.054	(407)	647	692
Equipamentos de Informática	17%	4.462	(2.787)	1.675	1.040
Edificações	2%	11.422	(2.005)	9.417	9.655
Obras em Andamento	0%	4.559	-	4.559	835
		25.055	(6.505)	18.550	14.717

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Movimentação do ativo imobilizado	31.12.19	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	31.12.20
Móveis e Utensílios	1.543	2	-	-	(184)	1.361
Equipamentos de comunicação	34	-	-	-	(9)	25
Instalações	918	-	-	-	(52)	866
Maquinas e Equipamentos	692	10	-	-	(55)	647
Equipamentos de Informática (*)	1.040	1.285	-	-	(650)	1.675
Edificações	9.655	-	-	-	(238)	9.417
Obras em Andamento (*)	36	3.724	799	-	-	4.559
Adiantamento de ativo imobilizado	799	-	(799)	-	-	-
	14.717	5.020	-	-	(1.187)	18.550

(*) O aumento na linha de obras em andamento e também equipamentos de informática se deu ao fato da necessidade das aulas virtuais, mediante condições impostas por conta do Covid 19. Foram adquiridos 322 notebooks para distribuição aos alunos, e criação de 24 salas virtuais.

8 Intangível

	Taxas médias anuais de	31.12.20			31.12.19
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	10%	68	(58)	9	10
		68	(58)	9	10

Movimentação do ativo intangível

	31.12.19	Adições	Baixas	Amortização	31.12.20
Software	10	-	-	(1)	9
	10	-	-	(1)	9

9 Fornecedores

	31.12.20	31.12.19
Material e serviços	1.943	663
	1.943	663
		-

10 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	31.12.20	31.12.19
Salários e encargos Sociais	873	513
Provisões e encargos	714	412
PPR (*)	468	-
PIS e COFINS a recolher	14	3
ISS a recolher	-	1
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte a recolher	709	280
Outros	4	3
	2.782	1.212
Desmembramento:		
Passivo circulante	2.782	1.212
	2.782	1.212

(*) A Política de PPR é realizado mediante convenção coletiva, negociado com o Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis no Estado de São Paulo. As demais participações são referentes ao quadro dos gestores que possuem metas individuais e são acompanhadas e aprovadas pela administração do Instituto.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

11 Provisão para contingências

O Instituto no curso normal dos seus negócios, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. O Instituto, apoiado na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentado em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa de desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos processuais. Com base nessa avaliação, ao término de 2020 o Instituto não possui processos cujo probabilidade de perda seja provável.

Perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2020, não houve contingências cujo as chances de perda foram classificadas como possível, (R\$ 69 em 2019).

12 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido do Instituto poderá ser formado pelos superávits e/ou déficits acumulados e compreende o saldo inicial acrescido ou reduzido dos valores de superávit e déficit do período, destinados à manutenção de seu objeto social.

Em caso de extinção ou desqualificação do Instituto, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão revertidos para outra Entidade que contenha fins idênticos ou similares aos objetivos sociais do Instituto, ou ainda, será revertido para entidades públicas, conforme previsto no artigo 26 do estatuto social.

13 Receitas

	<u>31.12.20</u>	<u>31.12.19</u>
Pessoa Jurídica - Mantenedor	22.721	15.795
Pessoa Jurídica - Terceiros	2	43
Doações de serviços	62	333
Pessoa Física - Terceiros	720	696
Doações de produtos	-	1.679
Trabalho voluntário	120	120
Outros	-	6
	<u>23.624</u>	<u>18.671</u>

14 Custo e Despesas Operacionais (Educação)

	<u>31.12.20</u>	<u>31.12.19</u>
Salários e encargos	(11.882)	(9.344)
Material de uso e consumo	(527)	(477)
Despesas com prestação de serviços	(373)	(120)
Perdas e Ajustes de Estoque	(17)	(41)
Manutenção e conservação	(141)	(54)
Feiras e eventos	(524)	(334)
Aluguéis de equipamentos	-	(1)
Despesas com taxas e anuidades	-	(4)
	<u>(13.465)</u>	<u>(10.375)</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

15 Despesas administrativas e gerais

	31.12.20	31.12.19
Salários e encargos	(2.831)	(1.059)
Material de uso e consumo	(7)	(370)
Despesas com prestação de serviços	(6.853)	(2.908)
Depreciação e amortização	(1.188)	(1.309)
Manutenção e conservação	(50)	(264)
Feiras e eventos	(20)	(223)
Trabalho voluntário	(120)	(120)
Indenizações Trabalhistas	-	(1.015)
Aluguéis de equipamentos	(27)	(45)
Aluguel de Imóveis	(275)	-
Despesas com taxas e anuidades	(16)	(11)
	(11.388)	(7.324)

16 Resultado financeiro líquido

	31.12.20	31.12.19
Receitas Financeiras		
Juros ativos	72	14
Descontos Obtidos	1	(1)
	73	13
Despesas Financeiras		
Tarifas bancárias	(3)	(3)
Juros passivos	(2)	(4)
	(5)	(7)
	68	7

17 Remuneração da Administração

O Instituto não concede, aos dirigentes estatutários, nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

18 Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros "Não derivativos"

a. Classificação dos instrumentos financeiros.

O CPC 40 (R1) define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço pago para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Outras informações, exceto aquelas incluídas no nível 1, pelo qual os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares, (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços), em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado.

Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis).

A metodologia aplicada para cálculo do valor justo é levar a valor futuro pela curva do CDI considerando o percentual do indexador contratado e depois trazer a valor presente descontando por 100% da curva do CDI, já quando há operações de moeda estrangeira levar a valor futuro pela taxa Pré contratada e trazer a valor presente descontando pela curva do cupom cambial (diferencial da taxa de juros interna e da variação cambial projetada) a partir da taxa do dólar PTAX de venda do dia útil anterior à data base do cálculo (conhecido no mercado financeiro como "Cupom Sujo").

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos classificados em outras categorias além das informadas.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020, o Instituto está sujeito ao fator de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto. Cabe ressaltar, que para cumprir suas obrigações a mantenedora deverá prover os recursos conforme orçamento anual.

19 Cobertura de seguros

O Instituto adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância. Os valores segurados são considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, são definidas pela Administração do Instituto, para fazer face a riscos decorrentes de sua operação, que possam impactar a estrutura e a operação. Em 11 de janeiro de 2021 o instituto renovou a sua apólice de seguro, sendo R\$150 MM o Limite Máximo Indenizável (LMI) de cobertura em caso de sinistros relativos ao Imóvel e Máquinas, Móveis e Utensílios (MMU).

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

20 Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Imposto de renda e contribuição social

Em atendimento ao item 27 letra "c" da ITG 2002 (R1) Entidades sem fins lucrativos, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, incidentes sobre a receita (ISS de 5% e PIS/COFINS 3,65% - regime cumulativo deduzido do PIS folha de pagamento recolhido no exercício); e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).

O Instituto não tem a obrigação de escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

As declarações de isenção do imposto de renda, as quais o Instituto está obrigado a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e à aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores.

21 Eventos subsequentes

No início de fevereiro de 2021, houve a convocação da Assembleia Geral Extraordinária "AGE" para 11/02/2021 onde foram tratados os seguintes assuntos: Alteração do estatuto social, eleição do novo Conselho de Administração, constituição do Conselho Fiscal e admissão de associados beneméritos.

No dia 23/02/2021 o Conselho de Administração se reuniu para a eleição da nova diretoria executiva.

No dia 24/02/2021 a Diretoria Administrativa deliberou sobre a abertura da filial 2 em São Paulo/SP.

No dia 08/03/2021 a Assembleia Geral deliberou sobre a aprovação do desligamento de três integrantes do quadro de associados.

22 Aprovação das demonstrações contábeis

A aprovação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião da Diretoria realizada em 22 de março de 2021.

Joesley Mendonça Batista
Diretor Presidente

Wesley Antonio Mendonça
Contador
CRC SP 299039/O-8

* * * * *